

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **SHALON SERVICOS DE CONSERVACAO EIRELI**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 1843, Sala 112 Torre – Joao Pessoa - PB, CEP 58.040-380, inscrita no CNPJ sob o nº: 21.179.250/0001-00, presta serviços de terceirização de mão de obra.

CAPACITAÇÃO:

Declaramos ainda que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

OBJETO DO CONTRATO: 03 postos de Auxiliares de Limpeza 44 horas semanais.

VIGENCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses. De 01/07/2020 a 01/07/2021.

Campina Grande/PB, 09 de março de 2021.



Mário Sérgio Lima de Oliveira
Coordenador Administrativo
IPSEM



1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
MÁRIO CUNHA LIMA

Rua Visconde de Albuquerque, 70 - Centro - Campina Grande - PB - CEP 58.030-280
Fone/Fax: (31) 3221-3118 - (31) 3221-1212 - (31) 3221-1150

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
258.502.334-87 - MARIO SERGIO LIMA DE
OLIVEIRA, Dou fé. Campina Grande - PB -
09/03/2021 - 15:27. Selo Digital: ALD39538-NYYY.

Em testemunho

de verdade

Consulte a autenticidade em: <https://atlas.dpi.jus.br>

Empl.: R\$ 48,48 FÉRM.: R\$ 305,00 FASEM: R\$ 0,31 INSCM: R\$ 0,12 Total: R\$ 13,40



CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Visconde Camargo, 100 - Centro Antigo - Campina Grande - PB - CEP 58.030-280
Tabela de Honorários - Carlos Alberto Ribeiro

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado, válido somente
selo digital. Dou fé.

[[Bruno de Camargo Barros Vasconcelos - Suplente do
[[Anderson Christon Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[[Cícera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[[Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021 - Empl.: R\$ 3,27 - FÉRMIO: R\$ 0,40
TSHM (30%): R\$ 0,73 - FÉRMIO (1%): R\$ 0,04 - FUNSEG (2%):
R\$ 0,07 - ISS (15%): R\$ 0,12 - TOTAL: R\$ 4,88 - Selo Digital
1094005 WFOU502-02.03/21 Consulte Autenticidade
em: [www.atlas.dpi.jus.br](https://atlas.dpi.jus.br)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020
ADESÃO DE ATA Nº 01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

CONTRATO Nº 007/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA
GRANDE - IPSEM E A EMPRESA SHALON
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME, PARA
OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, com sede à Rua Maria Vieira César, nº 135, Bairro Jardim Tavares, Município de Campina Grande/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 41.134.826/0001-20, neste ato representado pelo Presidente, Sr. ANTÔNIO HERMANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 108.745.694-00, RG nº 258.110 2ª VIA SSP/PB, residente à Rua Vereador José Targino, nº 88, Bairro Catolé, Município de Campina Grande/PB, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.179.250/0001-00, com sede à Rua Nossa senhora de Fátima, nº 1843, sala 112, expst 065, Torre, João Pessoa/PB, CEP nº 58.040-380, neste ato representada por CARLOS ANTÔNIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 354.529.784-53 e RG nº 1.587.336 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua: Dona Elvira, 350, Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54.490-002 denominada CONTRATADA, em vista do constante e decidido no Processo Administrativo nº 021/2020, ADESÃO À ATA nº 023/2020, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas Disposições do Direito Privado, nos termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

1.1 O presente CONTRATO é decorrente da ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2020, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 047/2020, realizado com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Federal nº 7.892/13, Decreto Municipal nº 4.422/2019, Decreto Municipal nº 4.444/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Resolução nº 1.219/2007 e nº 1.412/2009, que tem como órgão gerenciador a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPINA GRANDE/PB.

1.2 Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, o TERMO DE REFERÊNCIA, a PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pela CONTRATADA NO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 047/2020 e a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS dele decorrente, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram expressamente ter pleno conhecimento.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE PREÇOS
Rua Siqueira Campos, 140 - Santa Antônia - Recife - PE - Fone: (51) 3451-1000
Tribuna Interina - Carlos Alberto Ribeiro de Sá

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente
seio digital. Dou fe

[] Bruno da Câmara Barros Mota - Substabele
[] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Pereira da Silva - Escrevente Autorizada
[] Mirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/09/2021. Emissão: R\$ 3,77 - FERC(10%): R\$ 0,40 -
TBNR(20%): R\$ 0,75 - FERM(1%): R\$ 0,04 - FUNSEG(2%):
R\$ 0,07 - ISS(5%): R\$ 0,19 - TOTAL: R\$ 4,69. Selo Digital
nº 0074005W4Y05202102-83785 Consulte Autenticidade
em: www.spb.us.br/nota_digital





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente CONTRATO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO SERVIÇO DE LIMPEZA para atender as necessidades do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE – IPSEM, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 023/2020.

2.2 Os serviços/fornecimento deverão ser prestados de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada e instruções do Contratante, documentos esses que são partes integrantes do presente contrato, independente da transcrição.

2.3 Discriminação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AUXILIAR DE LIMPEZA, 8 (OITO) HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.	PESSOA	02

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A dotação orçamentária para fazer face às despesas do presente CONTRATO é a seguinte:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM
Atividade: 09 122 2001 2001
Elemento da Despesa: 3390.39
Fonte de Recurso: 003

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº. 8.666/1993.

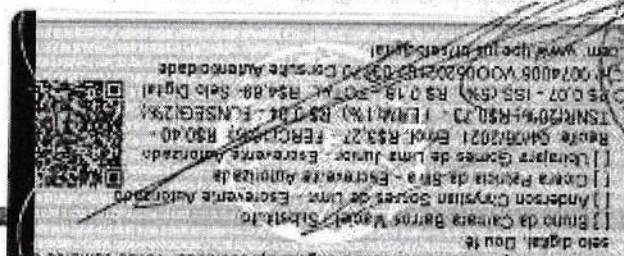
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1 O valor total do presente CONTRATO é de R\$ 59.729,04 (Cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e quatro centavos), que corresponde a 12 (doze) parcelas de R\$ 4.977,42 (Quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será mensal, devendo a CONTRATADA deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no protocolo de **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS**





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, em 03 (três) vias, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão da nota fiscal, fatura ou outro documento legal, observadas as exigências da Legislação Tributária.

6.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9, Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10 De acordo com a LEI MUNICIPAL nº 3.633/98, de 14 de novembro de 1998, será recolhido de cada pagamento processado o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

6.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

Autenticação conforme com o original apresentado. Valido somente se o digital for lido.

Elton da Câmara Borges Maciel - Secretário

Anderson Crystian Soares da Silva - Escriturário Autorizado

Cícera Patrícia da Silva - Escriturário Autorizado

Uziel Gomes de Lima Junior - Escriturário Autorizado

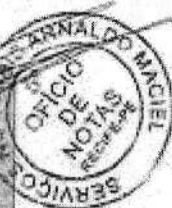
Recibo 010670021 emitido em 03/07/2021 - FISCALIZAÇÃO: R\$0,00

RENTEDOR: R\$0,00 - PRECATORIO: R\$0,00 - FUNDEB: R\$0,00

R\$0,00 - LIG. (SAL. R\$0,00) - TOTAL: R\$0,00 - Selo Digital

00340015 - 2020000210203281 Conselho Autônomo

Modelo para uso eletrônico





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE**

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços contratados são fixos pelo período de 01 (um) ano, exceto para os casos previstos no art. 65, §§ 5º e 6º da Lei nº 8.666/93.

7.2 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do art. 65, inciso II, "d", da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

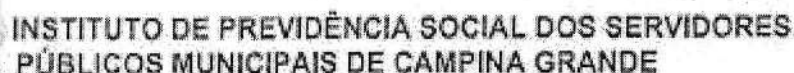
8.1 O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas avençadas e disposições constantes no Termo de Referência, respondendo cada uma pelas consequências de sua execução.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO
Rua Siqueira Campos, 100 - Bairro Justino - Recife - PE - Fone: (81) 3031.5000
Tabela Interius - Carlos Alberto Ribeiro Reis

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com
selo digital. Seu nº:

[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cicera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Uirapara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/08/2021. Emissão: R\$3,27 - FISC (10%): R\$0,40 -
TSNR (20%): R\$0,73 - FERM (1%) R\$ 0,04 - FUNREG (2%)
R\$ 0,07 - ISS (5%): R\$ 0,18 - TOTAL: R\$4,88. Selo Digital:
nº 0074005.TUF0620210209788 Consulte Autenticidade em
www.tpe.j.s.br/selodigital





9.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

10.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo Fiscal de Contratos designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

11.1 São obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1 Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a CONTRATADA;

11.1.2 Suprir a CONTRATADA de documentos, informações e demais elementos que possuir, necessários à execução do **CONTRATO**, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos;

11.1.3 Comunicar, formalmente, à CONTRATADA, em caso de devolução de documentos de cobrança, as razões da devolução;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5 Destinar local para a guarda dos materiais, equipamento e utensílios, quando for o caso.

11.2 A O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

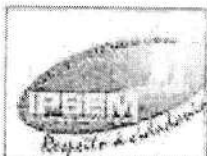
12.1 A CONTRATADA fica obrigada a prestar ao CONTRATANTE os serviços OBJETO do presente CONTRATO de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e nas CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

12.2 A CONTRATADA se responsabilizará pelo recolhimento de todos os Tributos Federais, Estaduais e Municipais, que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o OBJETO da presente CONTRATAÇÃO.

12.3 Ficará a CONTRATADA com a responsabilidade de comunicar, por escrito, ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o CONTRATO.

12.4 A mão-de-obra empregada pela CONTRATADA na prestação do serviço ora contratado, não terá nenhuma vinculação empregatícia com o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no Artigo 71, da LEI FEDERAL N° 8.866/93, e suas alterações posteriores.





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

12.5 Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias, sociais ou trabalhistas decorrentes da execução do OBJETO do CONTRATO, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE - IPSEM ou a terceiros em decorrência da execução do presente CONTRATO, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

12.6 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO que resultou na Ata de Registro de Preço.

12.7 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATO pelo IPSEM, na forma do art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 Cometer fraude fiscal.

13.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante

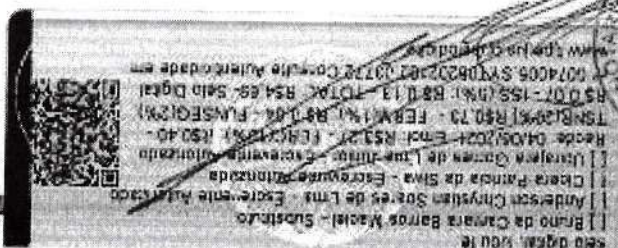
13.2.2 Multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

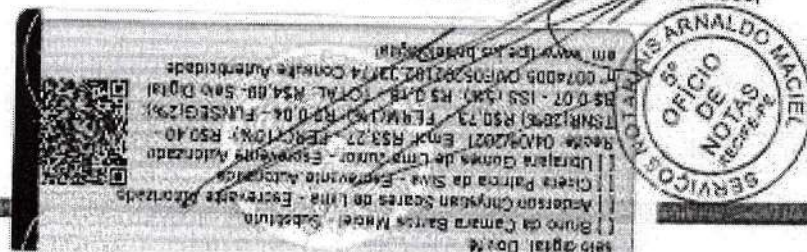
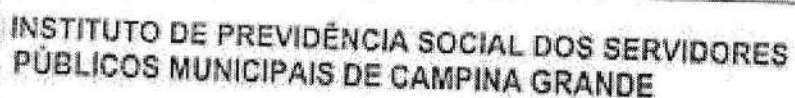
13.2.3 multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

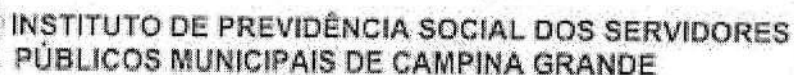
13.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;





[illegible]



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE

TESTEMUNHAS:

Wagner Lourenço de Lima Neto

CPF Nº 045 078124-52

CPF Nº

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DE REGISTRO

Rua Hipólito Caripá, 109 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (081) 3441-3333
Tabelião Inteiro - Carlos Alberto Ribeiro Romão

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Visto somente
sem digital. Dou fé.

[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cibara Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/05/2021. Em: R\$0,20 - PERC(10%): R\$0,40 -
TSNR(20%): R\$0,73 - ITR(1%): R\$0,04 - FUNSEC(2%):
R\$0,07 - ISS (5%): R\$0,18 - TOTAL: R\$4,69 - Selo Digital
nº 0074005 070408202102 04091 Consulte Autenticidade
em: www.tpe.pe.br/selo digital

